



Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor Fiscal de Tributos Estaduais

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Conhecimentos Especializados

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto seguinte.

O valor da informação

Um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber. Isso significa que, nas discussões acerca das condições sociais da democracia, algumas questões merecem ser focalizadas.

Como os indivíduos recebem a informação? Quais as informações que lhes são dadas? Quando o são? Quem as dá? Com que fim são fornecidas – para serem fixadas mecanicamente ou para lhes dar liberdade de escolha e margem de iniciativa?

São questões decisivas, se a discussão da democracia for a sério.

(Adaptado de Marilena Chauí, **Cultura e democracia**)

1. O valor da informação, segundo a autora,
- I. é absoluto numa democracia, cabendo apenas atentar para aspectos mais circunstanciais dos canais de informação e avaliar a eficácia destes no processo comunicativo.
 - II. deve ser permanentemente avaliado, para se saber se entre o emissor e o receptor da informação não há dificuldades operacionais ou técnicas a serem superadas.
 - III. está vinculado a uma série de condicionantes, que devem ser reconhecidos para se avaliar qual a efetiva participação dos indivíduos na vida democrática.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) II.

2. São questões decisivas, se a discussão da democracia for a sério.

Numa nova redação da frase acima, mantêm-se o sentido e a adequada correlação entre tempos e modos verbais em:

- (A) Caso se levasse a sério a discussão da democracia, ainda assim seriam questões decisivas.
- (B) Conquanto decisivas, tais questões serão levadas a sério na discussão da democracia.
- (C) Sempre que a discussão da democracia for levada a sério, questões como essas serão decisivas.
- (D) Mesmo sendo decisivas tais questões, a discussão da democracia é levada a sério.
- (E) Fossem questões decisivas, e a discussão da democracia será levada a sério.

3. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto.

- (A) Sem poder intervir no processo de informações, um indivíduo não estará participando da vida social, mas apenas integrando-a de modo passivo e acrítico.
- (B) Um pressuposto da vida democrática é a informação; sem elas, ou ainda melhor, sem investigar-lhes, não há participação que seja condigna a essa designação.
- (C) Ao em vez de propor a euforia das informações, a autora adverte de que se trata muito mais de investigar suas condicionantes do que aceitar seus efeitos.
- (D) A euforia das informações que correm em nossos dias passam a contaminar a todos, de tal modo, que uma espécie de ruído comunicativo sobrepõe-se à límpidas mensagens.
- (E) Para a autora do texto o valor da informação antes de mais nada, circunscreve-se a uma série de pré-requisitos, ou não há participação efetiva da sociedade.

4. Estão inteiramente adequadas a regência e a concordância verbal na frase:

- (A) Caso não se avalie as condições em que transitam as informações numa sociedade, que garantia temos que se trata de uma democracia?
- (B) A leitura do texto permite depreender de que nem toda informação, ainda que multiplicada, tornam-se fatores de democratização.
- (C) Dependem do volume e da qualidade das informações a participação em que se espera numa autêntica sociedade democrática.
- (D) Estão na base mesma da sociedade, cujo espírito democrático se pretende íntegro, os valores fundamentais da informação aberta e bem qualificada.
- (E) As várias perguntas em que se desenvolve a preocupação da autora do texto parece ancorar-se na estratégia de um questionamento socrático.



5. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:
- (A) Se o indivíduo não intervier na vida social, as informações de que dispõe tornam-se inoperantes, não representando ganho de qualquer espécie.
 - (B) A fonte das informações deve ser absolutamente confiável, para que os indivíduos não sejam ludibriados e levados a interpretações errôneas.
 - (C) Investigar detalhadamente os aspectos em que se envolve a informação, é uma condição pela qual o cidadão consciente não deve se abster.
 - (D) Por meio das perguntas que formula, a autora chama a atenção para as diferentes condições implicadas no processamento das informações.
 - (E) Ao contrário do que pensa a autora, muitas pessoas julgam que o simples acesso às informações já evidencia uma sociedade democrática.

Informática

Instrução: As questões sobre os aplicativos consideram sempre a originalidade da versão referenciada e não quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização etc.) feita pelo usuário. As versões dos sistemas e aplicativos são: Windows XP edição doméstica (Português), Microsoft Office 2000, BrOffice.org 3.1 e navegador Internet Explorer 8. Mouse padrão destro.

6. Uma planilha Microsoft contém:

	A	B
1	42	=33+2*A1
2	6	

Ao arrastar a célula B1 pela alça de preenchimento para a célula B2, o resultado nesta última (B2) será

- (A) 62
- (B) 55
- (C) 52
- (D) 45
- (E) 35

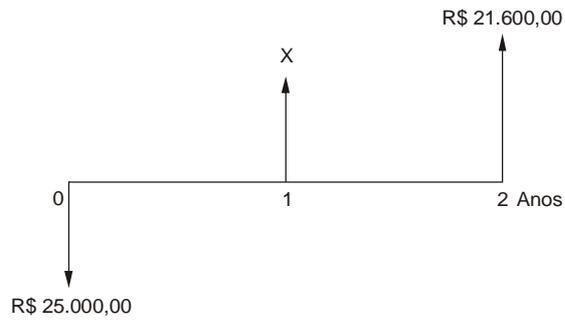
7. No Internet Explorer, o Bloqueador de *Pop-ups* pode ser habilitado ou desativado mediante acesso ao menu
- (A) Editar.
 - (B) Favoritos.
 - (C) Arquivo.
 - (D) Exibir.
 - (E) Ferramentas.
8. Espaço inseparável e Hífen inseparável são funções que, no menu Inserir do aplicativo BrOffice.org Writer, pertencem à opção
- (A) Referência.
 - (B) Marca de formatação.
 - (C) Assunto.
 - (D) Marcador.
 - (E) Caractere especial.
9. A criação do efeito de Persiana horizontal pode ser elaborada no aplicativo PowerPoint por meio do menu
- (A) Inserir e da Opção Apresentação de slides.
 - (B) Editar e da Opção Apresentação de slides.
 - (C) Apresentações e da Opção Transição de slides.
 - (D) Apresentações e da Opção Novo slide.
 - (E) Inserir e da Opção Novo slide.
10. No Windows, estão disponíveis no menu Ferramentas do Meu computador APENAS as Opções de pasta
- (A) Geral, Modo de exibição e Tipos de arquivo.
 - (B) Mapear unidade de rede e Tipos de arquivo.
 - (C) Modo de exibição e Geral.
 - (D) Modo de exibição, Tipos de arquivo e Sincronizar.
 - (E) Geral e Tipos de arquivo.

**Matemática Financeira**

11. A dívida referente à aquisição de um imóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 2.550,00, tem-se que o valor da 26ª prestação é igual a
- (A) R\$ 3.500,00
 - (B) R\$ 3.550,00
 - (C) R\$ 3.600,00
 - (D) R\$ 3.650,00
 - (E) R\$ 3.700,00
-
12. Dois capitais foram aplicados a uma taxa de juros simples de 2% ao mês. O primeiro capital ficou aplicado durante o prazo de um ano e o segundo, durante 8 meses. A soma dos dois capitais e a soma dos correspondentes juros são iguais a R\$ 27.000,00 e R\$ 5.280,00, respectivamente. O valor do módulo da diferença entre os dois capitais é igual a
- (A) R\$ 5.000,00
 - (B) R\$ 4.000,00
 - (C) R\$ 3.000,00
 - (D) R\$ 2.500,00
 - (E) R\$ 2.000,00
-
13. Um título é descontado em um banco 45 dias antes de seu vencimento, considerando a convenção do mês comercial. A taxa de desconto utilizada pelo banco é de 3% ao mês. Caso a operação seja a do desconto racional simples, o valor presente do título é igual a R\$ 40.000,00. Utilizando a operação do desconto comercial simples, o valor presente do título é
- (A) R\$ 39.959,50
 - (B) R\$ 39.919,00
 - (C) R\$ 39.209,50
 - (D) R\$ 38.949,00
 - (E) R\$ 38.200,00
-
14. A compra de um equipamento por uma indústria poderá ser feita por uma das duas opções seguintes: à vista por R\$ 41.600,00 ou em duas prestações anuais e consecutivas de valores iguais, vencendo a primeira um ano após a data da compra. Considerando-se uma taxa de juros compostos de 8% ao ano e o critério do desconto composto real, tem-se que o valor de cada prestação referente à segunda opção que torna equivalentes, na data da compra, as duas opções é
- (A) R\$ 23.328,00
 - (B) R\$ 22.064,00
 - (C) R\$ 21.600,00
 - (D) R\$ 20.800,00
 - (E) R\$ 20.400,00



15. Considere o fluxo de caixa abaixo referente a um projeto em que o desembolso inicial foi de R\$ 25.000,00. A uma taxa de atratividade de 20% ao ano, o índice de lucratividade do projeto apresenta um valor de 1,176.

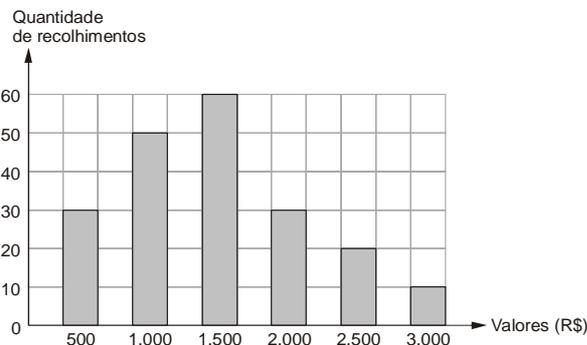


O valor de X é igual a

- (A) R\$ 17.280,00
 - (B) R\$ 15.000,00
 - (C) R\$ 14.400,00
 - (D) R\$ 13.200,00
 - (E) R\$ 12.000,00
-
- Estatística**
16. A média aritmética de todos os salários dos funcionários em uma repartição pública é igual a R\$ 1.600,00. Os salários dos funcionários do sexo masculino apresentam um desvio padrão de R\$ 90,00 com um coeficiente de variação igual a 5%. Os salários dos funcionários do sexo feminino apresentam um desvio padrão de R\$ 60,00 com um coeficiente de variação igual a 4%. Escolhendo aleatoriamente um funcionário desta repartição, a probabilidade dele ser do sexo feminino é igual a

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) $\frac{1}{3}$
- (C) $\frac{3}{4}$
- (D) $\frac{3}{5}$
- (E) $\frac{2}{3}$

17. Em uma cidade é realizado um levantamento referente aos valores recolhidos de determinado tributo estadual no período de um mês. Analisando os documentos de arrecadação, detectou-se 6 níveis de valores conforme consta no eixo horizontal do gráfico abaixo, em que as colunas representam as quantidades de recolhimentos correspondentes.



Com relação às medidas de posição deste levantamento tem-se que o valor da

- (A) média aritmética é igual a metade da soma da mediana e a moda.
- (B) média aritmética é igual ao valor da mediana.
- (C) média aritmética supera o valor da moda em R\$ 125,00.
- (D) moda supera o valor da mediana em R\$ 500,00.
- (E) mediana supera o valor da média aritmética em R\$ 25,00.



18. Considere que as vendas anuais, em milhões de reais, de um produto são estimadas por meio do modelo $y_t = \alpha + \beta t + \varepsilon_t$, $t = 1, 2, 3, \dots$ em que y_t representa o valor das vendas no ano (1999+t). α e β são parâmetros desconhecidos e ε_t é o erro aleatório com as respectivas hipóteses consideradas para o modelo de regressão linear simples. Com base nas informações anuais de 2000 até 2009 e utilizando o método dos mínimos quadrados obteve-se a estimativa para α como sendo igual a 1,4. A média aritmética dos valores de y_t de 2000 até 2009 apresentou um valor igual a 3,6. O valor de $(y_{t+1} - y_t)$ para $t > 0$, considerando a função encontrada pelo método dos mínimos quadrados, é uma constante igual a
- (A) 0,30
- (B) 0,36
- (C) 0,40
- (D) 0,50
- (E) 0,55

19. Os valores dos salários dos empregados de determinado ramo de atividade apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a $62.500 (R\$)^2$. Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

z	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

Então, a porcentagem dos empregados que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- (A) 70%
- (B) 60%
- (C) 50%
- (D) 40%
- (E) 30%
20. Em uma pesquisa realizada numa grande região, apurou-se que 90% dos habitantes eram favoráveis à implantação de uma indústria. O tamanho da amostra desta pesquisa foi de 1.600 e considerou-se normal a distribuição amostral da frequência relativa dos habitantes da região a favor desta implantação. O intervalo de confiança de 95,5% encontrado para a proporção foi igual a [88,5% ; 91,5%]. Caso o tamanho da amostra tivesse sido de 2.500 e apurando-se a mesma proporção anterior, tem-se que a amplitude do intervalo de 95,5% seria de
- (A) 1,2%
- (B) 2,4%
- (C) 3,6%
- (D) 4,8%
- (E) 6,4%

**Economia**

21. Considere a seguinte formulação da *curva de Phillips* de curto prazo, expandida pelas expectativas:

$$\pi = \pi_E - \beta (u - u^*) + \varepsilon$$

onde:

π = taxa de inflação

π_E = taxa de inflação esperada pelos agentes econômicos

u = taxa de desemprego

u^* = taxa natural de desemprego

ε = choque de oferta

β = parâmetro positivo

Em relação a essa formulação, é correto afirmar que

- (A) a elevação dos preços de matérias-primas pode deflagrar um processo inflacionário, mesmo que se tenha uma elevada taxa de desemprego.
- (B) um processo inflacionário é sempre puro: ou se trata de inflação de demanda, ou de inflação de custos ou de inflação inercial.
- (C) não há a possibilidade de uma economia experimentar um processo de inflação inercial, mesmo sob a hipótese de expectativas racionais.
- (D) toda inflação tem sua origem em excessos de demanda.
- (E) a melhor política anti-inflacionária consiste na fixação de um salário mínimo plenamente indexado.

22. É correto afirmar que

- (A) a Renda Pessoal Disponível de uma economia é obtida a partir de seu PIB medido a custo de fatores, deduzido o saldo da balança comercial e sua variação de estoques e adicionada a carga tributária bruta.
- (B) a Renda Pessoal, em uma economia, corresponde à Renda Nacional, deduzidos os impostos indiretos e as contribuições previdenciárias, outras receitas correntes do Governo e os lucros não distribuídos pelas empresas.
- (C) o PNL corresponde ao PIB, deduzida a depreciação do estoque de capital físico da economia.
- (D) a diferença entre o PIB e o PIL de uma economia é o montante de sua carga tributária líquida.
- (E) a Renda Nacional de uma economia é obtida a partir de seu PIB a preços de mercado, deduzidos a depreciação do estoque de capital, a renda líquida enviada para o exterior, e os impostos indiretos líquidos dos subsídios.

23. Em uma economia aberta, com perfeita mobilidade de capitais, taxa de câmbio flexível e que esteja operando perto do nível de produto de pleno emprego, são medidas de política econômica que NÃO tendem a produzir inflação:

- (A) expansão da base monetária e redução da taxa de reservas compulsórias.
- (B) compra de títulos públicos e redução da taxa de redesconto.
- (C) ampliação da oferta de moeda e redução da taxa de redesconto.
- (D) elevação dos gastos do governo e aumento dos subsídios a produtos agrícolas.
- (E) compra de títulos públicos e redução da taxa de reservas compulsórias.



24. Considere as assertivas a seguir.

- I. Os bens públicos são caracterizados por terem elasticidade-renda negativa, apesar de serem meritórios, motivo pelo qual devem ser oferecidos pelo governo.
- II. O *déficit* público nominal não inclui os juros da dívida pública, mas contabiliza todos os débitos pendentes registrados na rubrica "Restos a Pagar".
- III. Quando, na produção de um determinado bem, o custo marginal social é superior ao preço de mercado praticado, diz-se que há externalidade negativa. Uma das formas para se corrigir essa falha de mercado pode ser a imposição de uma taxa sobre a produção do referido bem.
- IV. Um dos principais indicadores do *déficit* público no Brasil é sua medida financeira dada pela "Necessidade de Financiamento do Setor Público" mensurado e divulgado pelo Banco Central do Brasil.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

25. Considere:

- I. A demanda de mercado pelo bem X é dada pela seguinte expressão:

$$q^d = 2090 - p$$

Onde

q^d é a quantidade demandada do bem X expressa em milhares de unidades, e
 p é o preço do bem X expresso em reais.

- II. Uma empresa Y produz o mesmo bem X segundo a função de custo total (CT) a seguir:

$$CT = 0,05q^2 - 10q + 5.000$$

Onde

q é a quantidade produzida em milhares de unidades.

Em relação à empresa Y e ao bem X, é correto afirmar:

- (A) Se 100 empresas de mesmo porte e estrutura de custos que a empresa Y produzirem o bem X, mais de 2,1 milhões de unidades serão comercializadas em seu mercado.
- (B) A elasticidade-preço da demanda para o bem X com a qual se depara a empresa Y é a mesma, independentemente de ela atuar de forma monopolista ou em concorrência perfeita com outras empresas de mesmo porte e estrutura de custos.
- (C) Se a empresa Y for monopolista, o equilíbrio de mercado se dará ao preço de R\$ 1.090,00 e com a quantidade de 1 milhão de unidades.
- (D) Se a empresa Y atuar em concorrência perfeita em um mercado com 100 empresas de mesmo porte e estrutura de custos, o equilíbrio de mercado se dará ao preço de R\$ 1.950,00 e com a quantidade de 140 milhares de unidades.
- (E) O mercado do bem X será mais eficiente se for monopolista do que se nele atuarem 100 empresas em concorrência perfeita com mesmo porte e estrutura de custos da empresa Y.



Geografia e História de Rondônia

26. Considere os textos a seguir.

- I. A nascente desse rio está localizada na Chapada dos Parecis, atravessando Rondônia no sentido sudeste-norte. Torna-se calmo e navegável na planície amazônica, num percurso de 800 km.
- II. Seguindo no sentido sudoeste-norte, esse rio percorre dentro do estado de Rondônia 3.240 km aproximadamente. Pode ultrapassar 13 metros de profundidade o que favorece a navegação, inclusive de navios de grande calado.

Os textos I e II descrevem características, respectivamente, dos rios

- (A) Ji-Paraná e Madeira.
- (B) Madeira e Mamoré.
- (C) Madeira e Guaporé.
- (D) Mamoré e Ji-Paraná.
- (E) Guaporé e Ji-Paraná.

27. Considere as afirmações sobre o processo histórico de formação de Rondônia.

- I. A partir das últimas décadas do século XIX o espaço rondoniense foi ocupado por seringueiros e outros grupos extrativistas que não propiciavam a criação de adensamentos populacionais significativos.
- II. Na década de 1940, por pressão dos habitantes da região de Porto Velho, Getúlio Vargas ordenou a criação do Território Federal de Guaporé, resultado do desmembramento dos estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso.
- III. Entre 1910 e 1940, a instalação de um sistema de comunicação telegráfica atraiu mão de obra de migrantes que foi se fixando e formando pequenos povoados, principalmente nos postos telegráficos que ofereciam melhores condições de infraestrutura e comunicações.
- IV. Na década de 1980, a criação e a instalação do Projeto Calha Norte, pelos governos militares, deu grande impulso ao povoamento de Rondônia.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

28. Com o título *Rondônia – Um estado atípico*, o site da Imprensa Oficial de Rondônia apresenta as principais etapas da história do estado. A escolha desse título vem do fato de que, diferentemente do que ocorreu em outros estados da Amazônia, em Rondônia

- (A) as ondas de ocupação agrícola e povoamento irradiaram-se na direção Norte-Sul e não Leste-Oeste.
- (B) as principais correntes de povoamento acompanharam a rodovia BR-364 e não os cursos dos rios.
- (C) não existiam grupos indígenas durante ou após o período de colonização nem após esse período.
- (D) os migrantes que ocuparam o estado desde o século XIX são predominantemente nordestinos.
- (E) a base econômica sempre esteve atrelada à produção agropecuária e não ao extrativismo.

29. Considere as afirmações sobre a população do estado de Rondônia.

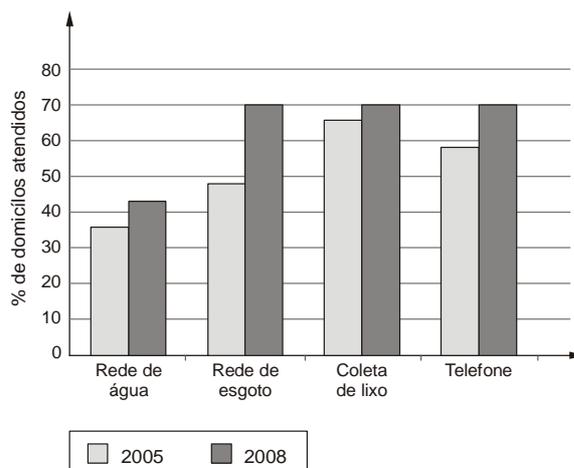
- I. O crescimento demográfico entre 1970 e 1980 foi muito acentuado, aumentando a densidade demográfica do estado.
- II. Diferentemente do que tem ocorrido em outros estados da federação, Rondônia apresentou aumento da taxa de fecundidade nesta última década.
- III. A maior parte da população rondoniense é urbana, sendo Porto Velho e Ji-Paraná as duas cidades mais populosas.
- IV. Mais de 1/3 da população residente no estado é migrante, fato que se reflete na composição etária da população, com predomínio de adultos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

30. Anualmente, o IBGE apresenta os resultados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Os dados do gráfico a seguir foram divulgados em setembro de 2009 e correspondem à pesquisa realizada em 2008 em todo o território nacional.

Rondônia: Resultados comparativos do Pnad 2005 – 2008



IBGE – Pnad

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a realidade socioeconômica de Rondônia permitem afirmar que

- (A) o estado apresenta indicadores sociais semelhantes àqueles encontrados em estados do Centro-Sul do País.
- (B) o fato de ser um dos estados mais novos do país explica os déficits em vários setores de infraestrutura.
- (C) parte da população do estado ainda é carente de infraestrutura, sobretudo aquela ligada ao setor de saneamento.
- (D) o estado apresenta os melhores índices de domicílios beneficiados com infraestrutura na Amazônia.
- (E) apesar de a maioria da população viver na zona rural, a coleta de lixo foi o que apresentou o maior aumento proporcional entre 2005 e 2008.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

Instruções: Para responder às questões de números 31 e 32, utilize as informações a seguir:

A Cia. Participações apresentava em seu Balancete, em 31/12/X9, os saldos, em reais, nas seguintes contas: Disponível 20.000,00; Títulos e Valores Mobiliários 23.000,00; Fornecedores 10.000,00; Debêntures 5.000,00; Clientes 40.000,00; Despesas Administrativas 3.000,00; Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa 2.000,00; Impostos a Recuperar 9.000,00; Adiantamento de Clientes 6.000,00; Despesas Financeiras 8.000,00; Marcas e Patentes 3.000,00; Receitas Financeiras 6.000,00; Custo das Mercadorias Vendidas 80.000,00; Depósitos em Garantia 10.000,00; Reserva Legal 8.000,00; Abatimento sobre Vendas 1.500,00; Estoques de Mercadorias 40.000,00; Receita de Vendas 200.000,00; Capital Social 110.000,00; Empréstimos Obtidos de Longo Prazo 15.000,00; Receita de Equivalência Patrimonial 6.500,00; Ações em Tesouraria 4.000,00; Investimentos em Controladas 44.000,00; Veículos 75.000,00; Despesas de Depreciação de Veículos 4.000,00; Depreciação Acumulada de Veículos 7.000,00; Ajuste de Avaliação Patrimonial (devedor) 9.000,00; Despesas com Vendas 2.000,00.

31. Em 31/12/X9, o Patrimônio Líquido da Cia Participações era, em reais,

- (A) 237.000,00
- (B) 227.000,00
- (C) 225.000,00
- (D) 219.000,00
- (E) 217.000,00

32. Com base nas informações apresentadas, o Ativo da Cia. Participações, em 31/12/X9, era, em reais,

- (A) 250.000,00
- (B) 255.000,00
- (C) 256.000,00
- (D) 259.000,00
- (E) 261.000,00

33. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, são itens classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento

- (A) os pagamentos de caixa para resgatar ações da entidade e para reduzir o passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
- (B) o caixa recebido proveniente da emissão de debêntures e os pagamentos para aquisição de ações ou instrumentos de dívida de outras entidades.
- (C) os pagamentos de caixa para aquisição de ativo intangível e o pagamento de dividendos.
- (D) os pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços e o caixa recebido pela emissão de instrumentos patrimoniais.
- (E) os recebimentos de caixa decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas e a amortização de empréstimos e financiamentos.



34. Em janeiro, uma empresa adquiriu mercadorias no valor de R\$ 90.000,00, tendo pago 60% à vista. O restante do pagamento dessas mercadorias foi realizado em março. Em março, a empresa vendeu estas mercadorias por R\$ 190.000,00 e recebeu 50% à vista (o restante das vendas foi recebido em agosto). O lucro bruto obtido pela empresa no mês de março, com a venda das mercadorias foi, em reais,
- (A) 154.000,00
- (B) 136.000,00
- (C) 100.000,00
- (D) 59.000,00
- (E) 5.000,00

35. A empresa HAGA apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício findo em X9.

Demonstração do Resultado do Exercício

Receita Líquida de vendas	150.000,00
Custo dos Produtos Vendidos	(87.000,00)
Lucro Bruto	63.000,00
Despesas de Vendas	(8.400,00)
Despesas Administrativas	(25.600,00)
Despesa de Depreciação	(3.000,00)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	6.000,00
Prejuízo na Venda de Imobilizado	(2.000,00)
Resultado antes do Imposto de Renda e CSLL	30.000,00
Imposto de Renda e CSLL	(9.000,00)
Lucro Líquido	21.000,00

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, pelo método indireto, considerando apenas os valores constantes na Demonstração do Resultado do Exercício acima, o valor do ajuste ao lucro líquido é, em reais,

- (A) 1.000,00 negativo.
- (B) 3.000,00 negativo.
- (C) 5.000,00 positivo.
- (D) 6.000,00 negativo.
- (E) 34.000,00 positivo.
36. Sobre os ativos intangíveis gerados internamente pode-se afirmar que
- (A) os gastos na fase de desenvolvimento, em qualquer situação, devem ser reconhecidos no resultado.
- (B) a entidade pode, durante a fase de desenvolvimento e em alguns casos, identificar um ativo intangível e demonstrar que o mesmo gerará prováveis benefícios econômicos futuros.
- (C) os gastos da empresa, tanto na fase de pesquisa quanto na fase de desenvolvimento, devem ser reconhecidos no ativo da entidade.
- (D) as atividades destinadas à obtenção de novos conhecimentos devem ser reconhecidas no ativo pelo valor do custo.
- (E) os gastos com o projeto devem ser considerados como incorridos apenas na fase de desenvolvimento, quando a entidade não conseguir diferenciar a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento,



37. Uma empresa adquiriu um veículo por arrendamento mercantil financeiro que será pago em 48 prestações mensais de R\$ 1.000,00 cada. O valor presente das prestações é de R\$ 30.673,00 e a taxa de juros compostos implícita no arrendamento mercantil é de 2% ao mês. No momento da aquisição, a empresa deve reconhecer, em reais,
- (A) um ativo de 30.673,00 e uma despesa financeira de 17.327,00.
 - (B) um ativo de 30.673,00 e uma despesa financeira de 613,46.
 - (C) um ativo de 30.673,00.
 - (D) um passivo de 48.000,00.
 - (E) um ativo de 48.000,00 e uma receita financeira de 17.327,00.
-
38. Em 01/06/X9, a empresa Dara efetuou o desconto de duplicatas no valor de R\$ 30.000,00, cujo vencimento era 31/07/X9, à taxa de juros de 2,5% a.m. (juros simples). As despesas cobradas pelo banco foram de R\$ 500,00. Sabendo que no dia 31/07/X9 o cliente não pagou a duplicata, a empresa, nesta data, debitou
- (A) Duplicatas Descontadas e creditou Disponível, no valor de R\$ 30.000,00.
 - (B) Disponível e creditou Duplicatas Descontadas no valor de R\$ 28.000,00.
 - (C) Duplicatas Descontadas e creditou Disponível, no valor de R\$ 28.000,00.
 - (D) Duplicatas Descontadas e creditou Clientes, no valor de R\$ 30.000,00.
 - (E) Perdas com Clientes e creditou Clientes, no valor de R\$ 28.000,00.
-
39. Em 01/01/X9, a Cia. Alfa adquiriu 20% da Cia. Beta por R\$ 50.000,00, não possuindo influência na Administração. O Patrimônio Líquido da Cia. Beta, em 01/01/X9, era de R\$ 250.000,00 e a Cia. Alfa adquiriu apenas ações preferenciais. Durante X9 a Cia. Beta obteve um lucro de R\$ 75.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 50.000,00. Com base nessas informações, o valor do investimento contabilizado no Ativo da Cia Alfa pela receita decorrente de tal investimento evidenciada em sua Demonstração de Resultados foram, respectivamente e em reais,
- (A) 65.000,00 e 15.000,00
 - (B) 65.000,00 e 10.000,00
 - (C) 55.000,00 e 10.000,00
 - (D) 55.000,00 e 5.000,00
 - (E) 50.000,00 e 10.000,00
-
40. Ao contabilizar os dividendos distribuídos por controladas, a controladora debita Caixa/Contas a Receber e credita
- (A) Outras Receitas.
 - (B) Receita de Equivalência Patrimonial.
 - (C) Receita Eventual.
 - (D) Receita de Dividendos.
 - (E) Investimentos.
-
41. Uma empresa adquiriu uma máquina, em 01/01/X1, pelo valor de R\$ 240.000,00 para utilização em suas operações. A vida útil econômica, estimada pela empresa, para esta máquina foi de 6 anos, sendo que a empresa esperava vendê-la por R\$ 60.000,00 ao final deste prazo. No entanto, no início do segundo ano de uso, a empresa reavaliou que a vida útil remanescente da máquina era de três anos e o valor estimado de venda ao final deste período era R\$ 45.000,00. A empresa utiliza o método das quotas constantes e, no final de X1, não houve ajuste no valor do ativo pelo teste de recuperabilidade. Sendo assim, os valores das despesas de depreciação nos anos X1 e X2, em relação a essa máquina, foram, respectivamente, e em reais,
- (A) 45.000,00 e 50.000,00
 - (B) 40.000,00 e 70.000,00
 - (C) 40.000,00 e 40.000,00
 - (D) 30.000,00 e 65.000,00
 - (E) 30.000,00 e 55.000,00



42. A empresa Beira Mar, comercial de trajes de praia, adquiriu um lote de 100 sungas no valor faturado de R\$ 800,00. Pagou, também, frete no valor de R\$ 50,00 e seguros no valor de R\$ 34,00. Quando do recebimento do produto, percebeu que as cores das sungas não estavam de acordo com o pedido de compra e o vendedor concedeu-lhe um abatimento de R\$ 50,00. O ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) foi R\$ 144,00 sobre a compra de sungas e R\$ 6,00 sobre o frete. Sabendo que a empresa vendeu 70 sungas ao preço líquido de vendas unitário de R\$ 15,00, o lucro bruto apurado com a venda desta mercadoria foi, em reais,

- (A) 466,20
- (B) 536,20
- (C) 567,00
- (D) 571,20
- (E) 630,00

43. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.
- II. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à Assembleia-Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrir e sugerir providências úteis à companhia.
- III. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.
- IV. fornecer ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo, 20% do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

44. Considere as seguintes afirmações:

- I. O auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- II. Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.
- III. O parecer dos auditores independentes classifica-se, segundo a natureza da opinião que contém, em parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer adverso e parecer com parágrafo de ênfase.
- IV. Na determinação da amostra, o auditor deve levar em consideração somente a população objeto a estratificação e o tamanho da amostra.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

45. Gera lançamento contábil em conta de resultados

- (A) a aquisição de computadores para a área de vendas.
- (B) a compra de ações de própria emissão da empresa.
- (C) o recebimento de ágio na emissão de ações.
- (D) a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa por perdas reconhecidas.
- (E) o ajuste pela taxa efetiva de juros de títulos mantidos até o vencimento.



46. NÃO se evidencia na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

- (A) o lucro líquido do exercício.
- (B) a reversão da reserva para contingências.
- (C) a distribuição de dividendos.
- (D) a constituição da reserva legal.
- (E) o aumento do capital social.

47. A Cia. Exatos, empresa de consultoria contábil, iniciou suas atividades em 01/12/X9, com um capital social de R\$ 100.000,00, sendo R\$ 60.000,00 integralizados em dinheiro e R\$ 40.000,00 a serem integralizados no mês de janeiro. Durante o mês de dezembro de X9, ocorreram os seguintes fatos contábeis:

Aquisição, a prazo, de material de consumo.....	R\$ 6.000,00
Pagamento de assinatura de jornal em 31/12/X9.....	R\$ 1.000,00
Compra de equipamentos para pagamento em 35 dias sem juros	R\$ 40.000,00
Pagamento a fornecedores de material de consumo	R\$ 2.000,00
Recebimento de adiantamento de clientes por serviços contratados a serem prestados em 40 dias.	R\$ 36.000,00
Reconhecimento da despesa com salários e pró-labore para pagamento em janeiro de X10	R\$ 48.000,00
Aplicação financeira em 31/12/X9.....	R\$ 20.000,00
Serviços prestados a clientes para recebimento em 60 dias.....	R\$ 85.000,00
Reconhecimento e pagamento de despesas gerais.....	R\$ 5.000,00
Obtenção de empréstimos bancários de longo prazo.....	R\$ 28.000,00
Compra à vista de um imóvel.....	R\$ 75.000,00

O valor total do Ativo da Cia. Exatos, em 31/12/X9 era, em reais,

- (A) 296.000,00
- (B) 288.000,00
- (C) 269.000,00
- (D) 248.000,00
- (E) 220.000,00

48. Para atender às necessidades de informações dos usuários da contabilidade, o Balanço Patrimonial possui uma estrutura própria em que as contas contábeis são classificadas em grupos e subgrupos. Em relação a este assunto, considere:

- I. O terreno onde funciona o estacionamento para os funcionários da empresa é um Ativo Imobilizado.
- II. Os títulos do tesouro nacional com vencimento em oito anos, mas disponíveis para venda pela empresa, devem ser classificados no Ativo Circulante.
- III. As ações de outras empresas, cuja intenção da administração é vendê-las em até 3 anos, devem ser classificadas em Investimentos.
- IV. O valor do adiantamento a fornecedores de matéria-prima pode ser classificado como Ativo Circulante.
- V. As subvenções governamentais para investimentos são consideradas Reserva de Capital.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) III e V.
- (C) I e II.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.



49. As empresas de capital aberto são obrigadas a publicar e divulgar um conjunto de informações contábeis. Sobre este assunto, considere:
- I. As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.
 - II. O relatório anual da administração deve relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício.
 - III. As notas explicativas devem divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras.
 - IV. As notas explicativas devem indicar os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.
 - V. A realização de auditoria das demonstrações contábeis e emissão de parecer sobre sua adequação quanto às normas e práticas contábeis adotadas no Brasil é de competência do conselho fiscal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e V.
- (D) II, IV e V.
- (E) I, III e IV.

50. Considere os dados extraídos da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da empresa A referentes ao exercício financeiro de X1:

Descrição	R\$ (mil)
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	
Com Lucros e Reservas.....	13.000,00
Por subscrição realizada.....	17.000,00
REVERSÃO DE RESERVAS	
De Contingências	3.000,00
De Lucros a Realizar	1.080,00
AQUISIÇÃO DE AÇÕES.....	280,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.000,00
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:	
Transferências para reservas	
Reserva Legal	700,00
Reserva Estatutária	5.150,00
Reserva de Lucros a Realizar.....	150,00
Distribuição de Dividendos	12.080,00

A variação no total do Patrimônio Líquido foi, em milhares de reais,

- (A) 18.640,00
- (B) 18.920,00
- (C) 30.720,00
- (D) 32.640,00
- (E) 66.440,00

**Direito Tributário e Sistema Tributário Nacional**

51. Considerando as regras constitucionais sobre tributação de uma empresa pública, é correto afirmar que terá
- (A) imunidade sobre tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com exploração de atividade econômica.
 - (B) imunidade sobre impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com a prestação de serviços públicos essenciais.
 - (C) o mesmo regime tributário dos entes federados.
 - (D) isenção de tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com suas atividades essenciais.
 - (E) terá isenção sobre tributos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços relacionados com a prestação de serviços públicos essenciais.
52. A Constituição Federal dispõe sobre lei complementar em matéria tributária dentro do Sistema Tributário Nacional. Mediante lei complementar,
- (A) podem ser concedidas isenções federais sobre tributos estaduais e municipais.
 - (B) serão criadas as limitações ao poder de tributar.
 - (C) devem ser instituídos os impostos discriminados na Constituição.
 - (D) devem ser fixadas as alíquotas dos impostos discriminados na Constituição.
 - (E) devem ser fixados a base de cálculo, o fato gerador e os contribuintes dos impostos discriminados na Constituição.
53. O Estado de Rondônia majorou a base de cálculo do IPVA para o exercício de 2010, em 20 de novembro de 2009, conforme lei publicada no diário oficial do Estado naquela data. Considerando que a lei entrou em vigor na data de sua publicação, é correto afirmar que esta lei terá eficácia
- (A) a partir do início do exercício financeiro de 2010, por ser exceção à anterioridade nonagesimal, mas se submeter à anterioridade anual.
 - (B) 90 dias da publicação, desde que já no outro exercício financeiro, por dever obediência às regras de anterioridades nonagesimal e anual.
 - (C) 90 dias a contar do início do exercício de 2010, tendo em vista a anterioridade nonagesimal.
 - (D) na data de sua publicação, podendo ser aplicada imediatamente, ainda no exercício de 2009, por ser exceção à anterioridade.
 - (E) 90 dias a contar da publicação, por dever obediência apenas à anterioridade nonagesimal.
54. A vedação constitucional conferida aos entes federados de cobrarem impostos sobre patrimônio, renda e serviços uns dos outros é denominada
- (A) não incidência.
 - (B) anistia.
 - (C) isenção recíproca.
 - (D) imunidade recíproca.
 - (E) remissão específica.

55. Sobre a disposição constitucional do ICMS, é INCORRETO afirmar que
- (A) incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
 - (B) será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou Distrito Federal.
 - (C) incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior.
 - (D) poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
 - (E) incide sobre operações que destinem a outros estados petróleo e energia elétrica.
56. A porcentagem do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados que a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, é de
- (A) dez por cento.
 - (B) quinze por cento.
 - (C) vinte por cento.
 - (D) vinte e cinco por cento.
 - (E) trinta por cento.
57. Para se identificar a natureza jurídica específica de um tributo considera-se, em regra,
- (A) o fato gerador da respectiva obrigação tributária.
 - (B) a destinação legal do produto de sua arrecadação.
 - (C) a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes.
 - (D) os efeitos dos atos jurídicos efetivamente ocorridos.
 - (E) a denominação e demais características formais adotadas pela lei.
58. Sobre as características das espécies de tributos, é correto afirmar que
- (A) o empréstimo compulsório é um tributo de competência comum e pode ser instituído por medida provisória em caso de investimento urgente.
 - (B) a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é de competência exclusiva dos Estados e Distrito Federal.
 - (C) imposto é o tributo cuja obrigação tributária tem por fato gerador uma atividade estatal.
 - (D) taxa é o tributo cuja obrigação tributária tem por fato gerador uma obra pública.
 - (E) contribuição de melhoria é uma espécie de tributo vinculado a uma prévia atividade estatal, qual seja, obra pública.



<p>59. O lançamento tributário</p> <p>(A) não pode ser revisto de ofício pela autoridade competente.</p> <p>(B) é regido pela legislação vigente que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou fiscalização.</p> <p>(C) não pode, após regularmente notificado ao sujeito passivo, ser alterado de ofício pela autoridade administrativa.</p> <p>(D) depende sempre de prévia declaração do sujeito passivo ou de terceiro, na forma da legislação tributária.</p> <p>(E) reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei vigente ao tempo da prática do lançamento.</p>	<p>62. Nos casos em que o lançamento e o pagamento do ICMS incidentes sobre determinada operação ou prestação são transferidos para etapa ou etapas posteriores, ocorre</p> <p>(A) suspensão.</p> <p>(B) parcelamento.</p> <p>(C) diferimento.</p> <p>(D) isenção.</p> <p>(E) substituição tributária "para frente".</p>
<p>60. Considere os itens a seguir, sobre responsabilidade de terceiros:</p> <p>I. Os pais, tutores e curadores são responsáveis pelos tributos devidos por seus filhos menores, tutelados e curatelados, nos atos em que intervirem ou pelas omissões de que forem responsáveis.</p> <p>II. Os sócios são responsáveis pelos tributos devidos pela sociedade em cotas de responsabilidade limitada.</p> <p>III. A responsabilidade de terceiros não se estende a nenhuma espécie de penalidade, na medida em que esta espécie de responsabilidade é pessoal e intransferível.</p> <p>IV. A responsabilidade pessoal dos gerentes de pessoas jurídicas de direito privado limita-se aos créditos decorrentes de obrigações resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração de lei, contrato ou estatuto.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e IV.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>63. O ICMS</p> <p>I. não incide sobre operações com livros, jornais, periódicos e papel destinado à sua impressão.</p> <p>II. não incide sobre operações com ouro.</p> <p>III. não incide sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação Tributária</p> <p>61. Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento</p> <p>(A) da aquisição em licitação pública de mercadorias importadas do exterior e apreendidas ou abandonadas, excetuados os bens adquiridos nessas mesmas circunstâncias.</p> <p>(B) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular.</p> <p>(C) da entrada na repartição aduaneira das mercadorias ou bens importados do exterior.</p> <p>(D) do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios e sem indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável.</p> <p>(E) do ato final do transporte com término no exterior.</p>	<p>64. O ICMS incide sobre</p> <p>(A) a entrada, no território do Estado, de petróleo, inclusive lubrificante e combustível líquido e gasoso dele derivados, e de energia elétrica, quando destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais.</p> <p>(B) a prestação onerosa de serviço de comunicação, por qualquer meio.</p> <p>(C) a prestação de serviço de transporte interestadual e intramunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.</p> <p>(D) a prestação de serviço de transporte intermunicipal e intramunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.</p> <p>(E) a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, exceto a destinada ao ativo fixo do estabelecimento importador.</p>



65. A base de cálculo do ICMS no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias é
- (A) o valor da operação acrescido do imposto sobre produtos industrializados e de quaisquer outras taxas.
 - (B) o valor da prestação de serviço acrescido do imposto sobre produtos industrializados e de quaisquer outras taxas.
 - (C) o valor da operação, compreendendo a mercadoria e o serviço.
 - (D) apenas o valor da mercadoria fornecida.
 - (E) apenas o preço do serviço prestado no fornecimento.
-
66. Contribuinte é
- I. qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com ou sem habitualidade, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - II. qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operação de circulação de mercadoria que se inicie no exterior.
 - III. a pessoa, física ou jurídica, que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) III.
 - (C) I.
 - (D) I e III.
 - (E) II.
-
67. É responsável solidário pelo pagamento do ICMS devido
- (A) o leiloeiro, na saída de mercadoria decorrente de hasta pública.
 - (B) todo aquele que concorrer para a sonegação do imposto, excetuado, em qualquer caso, o servidor encarregado do controle da arrecadação.
 - (C) o transportador quanto à mercadoria que entregar a destinatário diverso do indicado no documento fiscal.
 - (D) o armazém geral ou depositário a qualquer título, inclusive o estabelecimento beneficiador de mercadoria, na saída de mercadoria depositada por contribuinte de outra Unidade da Federação.
 - (E) a pessoa que tenha interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária.
-
68. A respeito da compensação do ICMS, é correto afirmar:
- (A) Os créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente deverão ser feitos à razão de um sessenta avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
 - (B) Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
 - (C) O imposto é não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante pago nas operações anteriores ao mesmo ou a outro Estado.
 - (D) É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou prestação de serviços a ele feita para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante for tributada pelo imposto, exceto se se tratar de saída para o exterior.
 - (E) É permitido o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou prestação de serviços a ele feita para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente estiverem isentas do imposto, exceto se se tratar de saída para o exterior.
-
69. NÃO integra a base de cálculo do ICMS o
- (A) valor correspondente a descontos sob condição.
 - (B) valor correspondente a seguros.
 - (C) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente e seja cobrado em separado.
 - (D) montante do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.
 - (E) montante do próprio imposto.
-
70. A alíquota do ICMS nas operações internas com mercadorias não especificadas pela Lei Estadual nº 688/96 é de
- (A) 9%
 - (B) 12%
 - (C) 17%
 - (D) 25%
 - (E) 35%
-
71. A isenção do IPVA aplica-se à propriedade de
- (A) veículo com 10 anos ou mais de uso.
 - (B) veículo fabricado especialmente para uso de deficiente físico, ou adaptado para tal finalidade, limitada a isenção a 2 veículos por proprietário.
 - (C) veículo aéreo de uso agrícola ou comercial.
 - (D) trator de terraplanagem.
 - (E) veículo destinado ao socorro de feridos ou doentes e ao transporte de médicos e enfermeiros.



<p>72. O contribuinte ou responsável não terá direito à restituição no caso de</p> <p>(A) erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento efetuado.</p> <p>(B) crédito tributário pago, que tenha sido reclamado pelo fisco em Auto de Infração.</p> <p>(C) reforma de decisão condenatória.</p> <p>(D) cobrança ou pagamento espontâneo de imposto indevido ou maior que o devido, em face da Legislação Tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido.</p> <p>(E) anulação ou rescisão de decisão condenatória.</p>	<p>75. O embarço à fiscalização configura-se</p> <p>(A) pela negativa de acesso à bagagem do sujeito passivo, na qual se encontrem bens de sua posse ou propriedade.</p> <p>(B) pelo descumprimento de ordem legal de servidor público.</p> <p>(C) pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócios ou atividades de terceiros, quando intimado.</p> <p>(D) pela negativa de acesso ao estabelecimento, onde se desenvolvam atividades do sujeito passivo, ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade.</p> <p>(E) pela negativa mesmo justificada de exibição de livros e documentos em que se assenta a escrituração das atividades do sujeito passivo, quando intimado.</p>
<p>73. NÃO dão direito de crédito do ICMS</p> <p>(A) o recebimento de serviços de comunicação, utilizados pelo estabelecimento ao qual tenham sido prestados, na execução de serviços da mesma natureza.</p> <p>(B) o recebimento de serviços de comunicação, utilizados pelo estabelecimento, quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais.</p> <p>(C) as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, no exercício de 2010.</p> <p>(D) a entrada de energia elétrica no estabelecimento, quando for objeto de operação de saída de energia elétrica.</p> <p>(E) a entrada de energia elétrica no estabelecimento, quando for consumida no processo de industrialização.</p>	<p>76. A respeito do parcelamento, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O seu pedido implica o reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.</p> <p>II. O acordo de parcelamento só prospera com o pagamento da última parcela.</p> <p>III. O contribuinte que encerrar suas atividades e porventura tiver créditos tributários não liquidados, poderá solicitar parcelamento, desde que cumpra a exigência de fiança suficiente para liquidação do débito.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II.</p>
<p>74. A respeito do local da operação ou da prestação para os efeitos da cobrança do ICMS, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, o local da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão e retransmissão, repetição, ampliação e recepção.</p> <p>II. Tratando-se de prestação de serviço de transporte, o local onde tenha fim a prestação.</p> <p>III. Tratando-se de mercadoria ou bem, o local onde se encontra, quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II.</p>	<p>77. Sobre as obrigações tributárias acessórias dos contribuintes e seus livros fiscais, é CORRETO afirmar:</p> <p>(A) O registro das operações de cada estabelecimento será feito por meio de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos e formas serão estabelecidos pelo contribuinte, de acordo com suas necessidades administrativas.</p> <p>(B) Os documentos, livros e demais elementos de contabilidade em geral dos contribuintes ou responsáveis não constituem instrumentos auxiliares da escrituração de fiscalização.</p> <p>(C) A autoridade fiscal não poderá intimar o contribuinte a comprovar o montante das operações escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas nos referidos livros, para efeito de verificação do pagamento do imposto, ainda que se trate de perda ou extravio de livros e demais documentos fiscais.</p> <p>(D) Os livros fiscais poderão ser retirados do estabelecimento a critério do contribuinte, independentemente de autorização fiscal.</p> <p>(E) A falta de emissão do documento fiscal próprio ou a não exibição do mesmo ao fisco importará a renúncia à norma excludente da incidência ou do pagamento do crédito tributário e a consequente exigibilidade do imposto nos casos de suspensão, isenção ou diferimento.</p>



78. Na transmissão *causa mortis*, ocorre o fato gerador do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD na data

- (A) da renúncia à herança, em favor de pessoa determinada.
- (B) em que ocorrer fato ou ato jurídico que resulte na consolidação da propriedade na pessoa do proprietário, na extinção de usufruto.
- (C) do ato da doação, ainda que a título de adiantamento da legítima.
- (D) da renúncia ao legado ou à doação, em favor de pessoa determinada.
- (E) da abertura da sucessão legítima ou testamentária, mesmo no caso de sucessão provisória, e na instituição de fideicomisso e de usufruto.

79. A respeito do Processo Administrativo Tributário, considere as seguintes afirmações:

- I. A participação do sujeito passivo no Processo Administrativo Tributário – PAT far-se-á somente por advogado constituído.
- II. Inclui-se na competência dos órgãos julgadores a declaração de inconstitucionalidade.
- III. É garantido ao sujeito passivo, na área administrativa, o direito a ampla defesa, podendo aduzir, por escrito, as suas razões, fazendo-as acompanhar das provas que tiver, observados a forma e os prazos legais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

80. Ocorre o fato gerador do IPVA na data

- (A) do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente por contribuinte que não seja consumidor final.
- (B) da incorporação de veículo novo ao ativo permanente do seu fabricante, revendedor ou importador.
- (C) do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, por meio de *trading*, por contribuinte que não seja consumidor final.
- (D) da primeira aquisição do veículo usado por consumidor final.
- (E) em que ocorrer a outorga da isenção do imposto.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Contabilidade de Custos

81. A empresa CHEIRO BOM fabrica sabonete líquido de uma única fragrância (erva doce) que é comercializado em embalagem de 300 ml pelo preço líquido de vendas de R\$ 13,00. No mês de janeiro, produziu integralmente 20.000 unidades e vendeu 15.000 unidades de seu produto, cujos custos e despesas unitários foram os seguintes:

Custos Diretos Variáveis	R\$ 4,00
Custos Indiretos Fixos	R\$ 3,00
Despesas Variáveis	R\$ 2,00
Despesas Fixas	R\$ 1,00
TOTAL	R\$ 10,00

No mês de fevereiro, produziu integralmente 20.000 unidades e vendeu 18.000 unidades de sabonete líquido. Todavia, o preço da matéria-prima aumentou e os custos variáveis diretos passaram a ser R\$ 5,00. Considerando que: não havia estoques iniciais no mês de janeiro; a empresa adota o custeio por absorção para fins fiscais e o custeio variável para fins gerenciais; utiliza a média ponderada móvel como critério de avaliação de estoques, é correto afirmar que

- (A) o lucro bruto apurado assim como a margem de contribuição foram R\$ 108.000,00 no mês de fevereiro.
- (B) a diferença no valor do estoque final do mês de janeiro pelo custeio variável e por absorção foi de R\$ 5.000,00.
- (C) o lucro bruto apurado foi de R\$ 120.000,00 e a margem de contribuição unitária foi de R\$ 7,00, ambos referentes ao mês de janeiro.
- (D) a margem de contribuição total apurada no mês de janeiro foi igual àquela apurada no mês de fevereiro.
- (E) a diferença no resultado operacional pelo método de custeio variável e por absorção, no mês de fevereiro, foi de R\$ 6.000,00.

82. Para que se possa determinar os custos de produtos, serviços, atividades e outros objetos de custeio é imprescindível que se conheça conceitos, nomenclaturas, terminologias e classificações aplicadas à Contabilidade de Custos. Em relação a este assunto, considere:

- I. A aquisição de matéria-prima, a prazo, para ser utilizada posteriormente no processo produtivo de uma empresa é um investimento.
- II. O custo variável unitário de um produto não tem seu valor alterado por variações no volume de produção e o custo fixo total pode sofrer variações de valor.
- III. A produção por ordem reside na elaboração de produtos padronizados ou na prestação dos mesmos serviços de forma ininterrupta por um longo período de tempo.
- IV. A segregação entre custos diretos e indiretos baseia-se na relação entre montante total do custo e oscilações no volume de produção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.



83. A Cia. Belo Vale produz somente dois tipos de cachaça, Canoinha e Tucaninha, cujos preços de venda são R\$ 12,00 e R\$ 10,00 o litro, respectivamente. No mês de fevereiro de X1, a empresa produziu e vendeu 20.000 litros de Canoinha e 40.000 litros de Tucaninha, apresentando a seguinte estrutura de custos e despesas (em R\$):

	Canoinha	Tucaninha
Matéria-prima	2,00/unidade	2,00/unidade
Material de embalagem	1,50/unidade	1,50/unidade
Mão de obra direta	3,00/unidade	2,80/unidade
Despesas variáveis	1,50/unidade	1,20/unidade
Custos fixos identificados	30.000,00/mês	37.500,00/mês
Custos e despesas fixos comuns	135.000,00/mês	

Com o intuito de verificar quantos litros de cada tipo de cachaça devem ser produzidos e vendidos para que se alcance o Ponto de Equilíbrio Contábil, a administração da empresa determinou que cada produto deve cobrir seus custos fixos identificados, além de contribuir para a cobertura dos custos fixos comuns proporcionalmente à quantidade produzida atualmente. Sendo assim, a quantidade que deverá ser produzida e vendida da cachaça Canoinha é

- (A) 41.250
 (B) 18.750
 (C) 13.637
 (D) 11.250
 (E) 7.500

84. A indústria Barros produz tijolos de um único modelo. No dia 01/01/X1, não existia estoque inicial de produtos acabados e havia estoque de produtos em elaboração no valor de R\$ 2.400,00, referente a 1.000 unidades, 60% acabadas. O custo de produção do mês de janeiro foi R\$ 93.280,00 e os dados sobre a quantidade produzida foram os seguintes:

- unidades iniciadas no período anterior e finalizadas em janeiro: 1.000
- unidades iniciadas e finalizadas em janeiro: 20.000
- unidades iniciadas e em elaboração no final de janeiro: 2.000, sendo 40% acabadas

Sabendo-se que a empresa utiliza o PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) como critério de avaliação de estoques e que todos os elementos de custos são incorridos proporcionalmente ao grau de acabamento, o custo da produção acabada em janeiro foi, em reais,

- (A) 88.000,00
 (B) 89.760,00
 (C) 91.520,00
 (D) 92.160,00
 (E) 95.680,00

85. A empresa Utilidades é produtora de vasilhas plásticas. Para sua linha de baldes de 10 litros, foi estabelecido um padrão de consumo de 600 gramas de matéria-prima a um preço de R\$ 3,00/Kg para cada unidade de balde produzida. Em determinado mês, apurou-se que, para cada balde foram usados 650 gramas de matéria-prima a um preço de R\$ 2,80 cada quilo. Na comparação entre padrão e real, a empresa apura três tipos de variações: quantidade, preço e mista. Sendo assim, pode-se afirmar que a variação de quantidade da matéria-prima, em reais, foi

- (A) 0,15 desfavorável.
 (B) 0,14 favorável.
 (C) 0,14 desfavorável.
 (D) 0,12 favorável.
 (E) 0,01 favorável.

Direito Administrativo

86. Conforme estabelece a Lei nº 8.666/93, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou a realização do evento será de
- (A) quarenta e cinco dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".
 (B) trinta dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral.
 (C) trinta dias para a concorrência, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".
 (D) cinco dias úteis para a licitação na modalidade convite.
 (E) trinta dias para a licitação na modalidade concurso.



87. Com relação à classificação dos atos administrativos, quanto à formação da vontade, em regra, a nomeação do Procurador Geral da República e a deliberação de um Conselho são atos administrativos

- (A) compostos.
- (B) composto e simples, respectivamente.
- (C) complexos.
- (D) complexo e simples, respectivamente.
- (E) simples.

88. A respeito da execução dos contratos administrativos, considere:

- I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, vedada a contratação de terceiros para assisti-lo.
- II. O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- III. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- IV. O contratado, na execução do contrato, não poderá, em nenhuma hipótese, subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, havendo expressa vedação legal neste sentido.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

Direito Penal

89. Paulo deu início à execução de crime de furto e ingressou na casa de Pedro com o objetivo de subtrair um televisor. Já no interior da moradia, percebeu que a vítima dormia no sofá da sala, onde o aparelho está instalado. Em vista disso, antevendo os riscos que assumiria em prosseguir no seu intento e pressentindo a possibilidade de ser surpreendido, desistiu de prosseguir na execução do delito. Nesse caso, Paulo

- (A) responderá apenas por invasão de domicílio.
- (B) não responderá por nenhum delito, pois houve arrendimento posterior.
- (C) responderá por tentativa de furto.
- (D) não responderá por nenhum delito, pois houve desistência voluntária.
- (E) não responderá por nenhum delito, pois houve arrendimento eficaz.

90. Aplica-se a lei brasileira aos crimes cometidos a bordo de

- I. embarcações brasileiras de propriedade privada que estejam em mar territorial estrangeiro.
- II. aeronaves brasileiras a serviço do governo brasileiro que estejam em espaço aéreo estrangeiro.
- III. embarcações estrangeiras de propriedade privada que estejam em mar territorial brasileiro.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II.

91. José, sabendo que seu desafeto Paulo estava andando de bicicleta numa estrada estreita, instiga João, motorista do veículo em que se encontrava, a imprimir ao veículo velocidade elevada, na esperança de que Paulo venha a ser atropelado. João passa a correr em alta velocidade e atropela Paulo, mais adiante, ocasionado-lhe a morte. Nesse caso, ambos responderão pelo crime, sendo que

- (A) Jose responderá por dolo eventual e João por culpa.
- (B) ambos responderão por dolo eventual.
- (C) José responderá por dolo direito e João por dolo eventual.
- (D) ambos responderão por culpa.
- (E) José responderá por culpa e João por dolo eventual.

Direito Civil

92. A respeito do Adimplemento das Obrigações, considere:

- I. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e se sub-roga nos direitos do credor.
- II. O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, exceto se provado depois que não era credor.
- III. O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- IV. É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.

De acordo com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

93. De acordo com o Código Civil, brasileiro, o adquirente decaí do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias, se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade. Na constância de cláusula de garantia,

- (A) não correrão estes prazos, mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante nos trinta dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência.
- (B) correrão estes prazos reduzidos de 1/3, contados a partir do término da garantia contratual.
- (C) correrão estes prazos, contados a partir do término da garantia contratual.
- (D) não correrão estes prazos, mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante nos sessenta dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência.
- (E) não correrão estes prazos, mas o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante nos noventa dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência.



94. De acordo com o Código Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- (A) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (B) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- (C) A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- (D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.
- (E) Prescreve em cinco anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa e a pretensão de reparação civil.

Direito Constitucional

95. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do

- (A) Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (B) Congresso Nacional, para mandato de um ano, permitida a recondução
- (C) Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (D) Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

96. A respeito do Supremo Tribunal Federal, considere

- I. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de treze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- II. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- III. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- IV. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade os membros do Tribunal de Contas da União.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

97. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (B) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (D) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (E) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Direito Comercial

98. A respeito dos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor, é correto afirmar:

- (A) Se o devedor vendeu coisas compostas e o administrador judicial resolver não continuar a execução do contrato, poderá o comprador pôr à disposição da massa falida as coisas já recebidas, pedindo perdas e danos.
- (B) O credor de coobrigados solidários cujas falências sejam decretadas só poderá concorrer, em cada uma delas, pela metade do seu crédito.
- (C) O administrador judicial não poderá restituir a coisa comprada pelo devedor com reserva de domínio, mesmo que resolva não continuar a execução do contrato.
- (D) O vendedor pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, sem fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor.
- (E) A falência do locador resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial não pode denunciar o contrato.

99. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, considere:

- I. A simples existência de prejuízo patrimonial para o consumidor é suficiente para autorizar a desconsideração da personalidade jurídica.
- II. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica depende de expressa previsão legal.
- III. A desconsideração poderá ser efetivada quando ocorrer o encerramento irregular da pessoa jurídica.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

100. NÃO se inclui na competência do Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (A) eleger e destituir os membros da diretoria.
- (B) convocar a Assembleia Geral.
- (C) fixar a orientação geral para os negócios sociais.
- (D) suspensão de direitos dos acionistas.
- (E) escolher e destituir os auditores independentes, se houver.